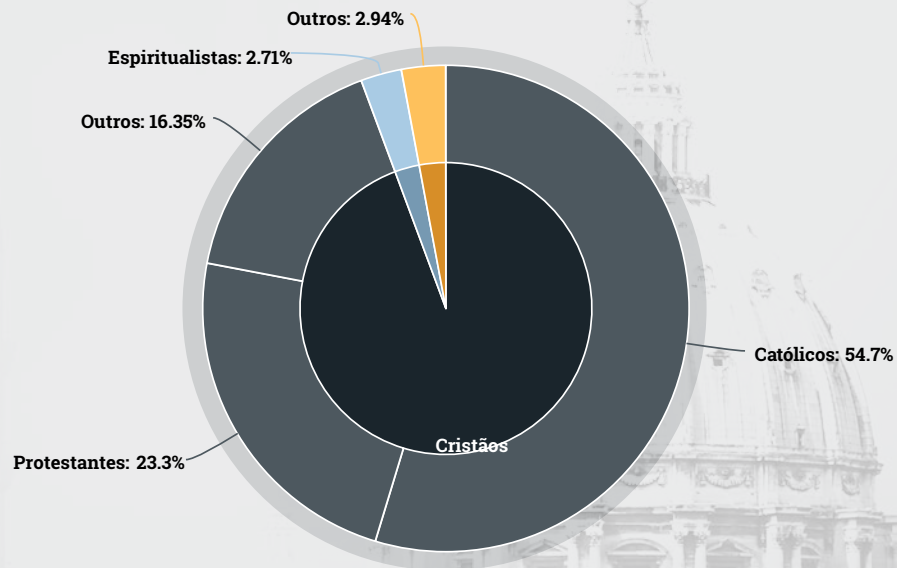
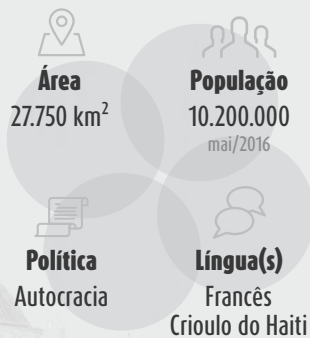


Haiti



Embora o recenseamento populacional de 2006 tenha relatado que poucos haitianos escolhem o vodu como a sua religião, muito mais pessoas estão envolvidas nas suas práticas sem o considerarem como a sua principal religião.^[1]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA^[2]

A Constituição garante o direito à liberdade de consciência e afirma que todas as religiões e crenças podem ser exercidas livremente e que todos têm o direito a professar a sua religião, desde que não perturbem a ordem pública. Além disso, a Constituição também revoga o decreto-lei de 1935 sobre as crenças supersticiosas.

Ninguém pode ser obrigado a pertencer a uma organização religiosa ou a seguir um ensinamento contrário às suas convicções. A lei estabelece as condições para o reconhecimento das religiões.

Os sindicatos são considerados como organizações sem fins lucrativos, não confessionais e não partidários. O direito a

propriedade privada também é garantido para estrangeiros e para instituições estrangeiras, incluindo para fins religiosos.

Os centros de crenças africanas são protegidos pelo Estado como fazendo parte do patrimônio histórico e cultural do país.

O Governo deve nomear um representante da Conferência Episcopal Católica do Haiti e um representante das religiões protestantes para o Conselho Eleitoral Provisório constituído por nove membros.^[3]

Embora o Catolicismo não seja a religião oficial, está em vigor uma Concordata com a Igreja Católica desde 1860, segundo a qual o Governo disponibiliza apoio financeiro para sacerdotes católicos, escolas católicas e grupos religiosos católicos organizados.

A lei regulamenta o estabelecimento e as operações dos grupos religiosos. O Gabinete do Culto é responsável pelo registro das Igrejas, do clero e dos missionários. O registro junto do Gabinete do Culto permite o reconhecimento civil de documentos, como por exemplos as certidões de casamento e batismo. Os grupos religiosos registrados gozam do estatuto de isenção fiscal, mas devem submeter um relatório anual das suas atividades.

Embora a religião vodu e os locais de culto vodu sejam reconhecidos por lei, os líderes vodu não são ainda elegíveis para realizarem casamentos reconhecidos legalmente. Por outro

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_103_2.asp (acessado em 18 de Março de 2016).

[2] <http://romania.usembassy.gov/2014-irf-en.html>

[3] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_103_6.asp (acessado em 8 de Março de 2016).

lado, o Islamismo não é reconhecido por lei e os casamentos islâmicos não podem ser registrados civilmente. O Governo não deu qualquer explicação para esta situação.

Na prisão, os presidiários têm acesso a um ministro protestante, a um sacerdote católico ou a um líder vodu. Perante os pedidos dos serviços religiosos muçulmanos, o governo indicou que não tem capacidade para disponibilizar todo o tipo de serviço religioso, sobretudo fora da capital, Porto Príncipe.^[4]

INCIDENTES

O Haiti tem atravessado uma grande crise política desde 2014 e várias instituições políticas ficaram paralisadas. Em 12 de janeiro de 2015, o mandato da Câmara dos Deputados e de dois terços do Senado terminou, mas não foram realizadas novas eleições. A Igreja Católica interveio através de uma iniciativa de reconciliação chamada “Juntos para o bem do Haiti”.^[5]

Em janeiro de 2015, no quinto aniversário do sismo do Haiti, os missionários salesianos chamaram a atenção para a urgente necessidade de educar as crianças e os jovens do país, muitos dos quais continuam vivendo em campos de deslocados internos.^[6]

Em outubro de 2015, os líderes da Igreja expressaram preocupação com a violência e os assassinatos desencadeados pelas próximas eleições gerais. Queixaram-se das carências organizacionais e da falta de uma verdadeira campanha eleitoral. Ao contrário das denominações protestantes, a Igreja Católica rejeitou a ideia de apoiar um partido político que a represente.^[7] A Igreja Católica desempenha um papel de mediação na sociedade, para encontrar soluções pacíficas, sem participar ativamente na vida política do país.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O Haiti está passando por uma grande crise política, que envolve os ramos legislativo e executivo do Governo.

As várias religiões do Haiti são tratadas de forma diferente. Os representantes muçulmanos não têm conseguido obter o reconhecimento oficial. Muitos grupos cristãos, por contraste, parecem não ter intenção de procurar a obtenção do reconhecimento estatal.

Durante o período em análise, o Islamismo continuou sendo discriminado. O desafio do Haiti é disponibilizar o mesmo tratamento legal a todas as confissões religiosas, bem como garantir uma separação entre as atividades político-governamentais e a prática religiosa, sobretudo tendo em conta a política estatal de monitoria anual dos grupos religiosos oficialmente reconhecidos.

[4] <http://www.state.gov/documents/organization/238764.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[5] <http://www.lastampa.it/2015/04/22/vaticaninsider/es/en-el-mundo/en-hait-la-iglesia-est-en-primera-lnea-para-la-reconstruccion-del-pas-XtxlgM4B7uckmwmAVbs1i0/pagina.html> (acessado em 6 de Março de 2016).

[6] <https://es.zenit.org/articulos/haiti-educacion-para-fortalecer-al-pais/> (acessado em 6 de Março de 2016).

[7] <https://es.zenit.org/articulos/haiti-elecciones-del-domingo-marcadas-por-la-violencia/> (acessado em 6 de Março de 2016).